

Ano 20 • Número 20 • 21 de maio de 2018

Aumento da tensão externa eleva o preço do dólar

Considerações sobre a decisão do COPOM

Taxa de desemprego do RS no 1º T/18: o cenário melhorou ou piorou?

Subutilização da força de trabalho é recorde no Brasil

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Aumento da tensão externa eleva o preço do dólar

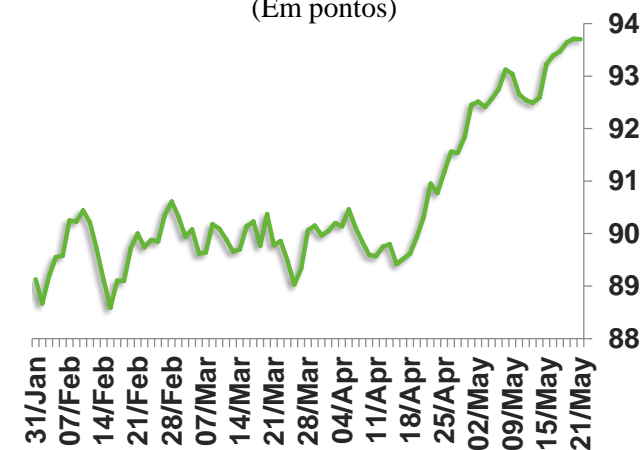
O Dólar Index, que mede o valor do Dólar Americano frente a uma cesta de moedas estrangeiras, se valorizou nas últimas semanas em resposta ao aumento no preço das *commodities*, em especial o petróleo, escalada na tensão entre Estados Unidos e China. Esses fatores levaram a expectativa de que a aceleração na inflação americana seja maior do que o esperado, o que levaria o FED a realizar um aperto monetário maior do que o esperado anteriormente. Essa necessidade de conter a inflação decorrente de fatores externos, e não da expansão do crescimento econômico, acende a luz amarela para os investidores, que veem as possibilidades de ganhos na renda fixa e renda variável diminuírem. O movimento nesse cenário é de diminuição na *duration* das carteiras de renda fixa e diminuição das alocações em renda variável até que a tensão diminua.

No campo do comércio internacional, a tensão parece diminuir na medida em que EUA e China mostraram maior disposição de chegar a um acordo. Nesse final de semana, o Secretário do Tesouro americano divulgou que não aplicará sobretaxas às importações chinesas enquanto negociam os detalhes de um pacto entre os dois países para a questão comercial. Caso o acordo seja favorável aos EUA, o principal beneficiado será o Presidente Donald Trump, que comprou a briga com os chineses desde a campanha eleitoral.

Conforme abordado no Informe da semana passada, o cenário adverso atingiu os países emergentes. A Argentina, que teve o vencimento de R\$ 30 bilhões em Letras do Banco Central (Lebacs) na terça-feira (15/05), valor equivalente a metade do estoque das suas reservas internacionais, precisou recorrer ao FMI. A busca de uma linha emergencial diminuiu a tensão com relação à rolagem dessa dívida. No caso de uma piora na situação da Argentina, o Brasil será diretamente afetado, ainda que não haja risco de contágio, o país vizinho é o principal parceiro comercial da indústria brasileira.

U.S. Dollar Index

(Em pontos)



Fonte: Investing.

Considerações sobre a decisão do COPOM

O COPOM surpreendeu como a decisão de manter a Taxa Selic em 6,50% a.a. na semana passada. Dois elementos nos levaram a crer que haveria uma nova redução. Primeiramente, a Ata da reunião anterior deixou explícita a possibilidade de uma última redução condicionada à evolução do cenário para a atividade e para os preços. Como vimos no Informe da semana passada, a inflação tem avançado abaixo do esperado pelo mercado e a atividade também vem mostrando desempenho aquém do que se imaginava. Entretanto, sabíamos que o aumento na tensão externa poderia ser um fator de risco. Contudo, em entrevistas nos dias 18/04 e 27/04 o Presidente do Banco Central minimizou o impacto da conjuntura internacional e indicou que o Banco Central focaria na evolução da conjuntura doméstica.

Dessa forma, é possível que o aumento no risco externo tenha surpreendido os membros do COPOM. No *front* externo, aumentou a probabilidade de que tenhamos mais três aumentos de taxa de juros nos EUA, o que diminuiria ainda mais o diferencial de juros e pressionaria a taxa de câmbio.

Acreditamos também que o cenário eleitoral pode dificultar a condução da política monetária e a proximidade como as eleições exigiu um maior grau de

cautela. Analisando o comportamento do COPOM em anos eleitorais anteriores, o Banco Central não costuma a fazer alterações de taxa de juros nos meses que antecedem o pleito. Dessa forma, caso ocorra um movimento mais intenso de aversão ao risco em nível internacional, o BC teria pouca margem de manobra para acomodar essa mudança de cenário.

Por outro lado, do ponto de vista da atividade, os dados do primeiro trimestre mostram que a economia cresce num ritmo abaixo do esperado. A confiança dos empresários já refletem esse cenário mais incerto. Parte dessa mudança no humor se deve os resultados dos últimos meses. Entretanto, essa inversão de expectativas também pode ter ligação com a incerteza no quadro eleitoral. O Fato é que existiam motivos tanto para reduzir a Taxa Selic para 6,25%, quanto para mantê-la no atual patamar.

No comunicado da reunião, o Comitê explicita que esse foi o fim do ciclo. Entretanto, a Ata da reunião, a ser divulgada nesta semana, será importante para avaliarmos a visão do Banco Central sobre o cenário internacional, bem como avaliar a expectativa para a evolução da recuperação da economia brasileira.

Taxa de desemprego do RS no 1º T/18: o cenário melhorou ou piorou?

Na semana passada, o IBGE divulgou a versão trimestral da PNAD Contínua, a principal pesquisa sobre o mercado de trabalho brasileiro. A taxa de desemprego do Rio Grande do Sul foi de 8,5% no primeiro trimestre de 2018, revelando um aumento de 0,5 ponto percentual (p.p.) frente ao quarto trimestre de 2017 (8,0%). Já na comparação com o mesmo período do ano passado, houve queda de 0,6 p.p. (9,1%). Essa segunda comparação é a mais adequada a fim de evitar problemas de sazonalidade, ou seja, comparar períodos diferentes do ano sem a utilização de métodos apropriados.

Quando olhamos para o comportamento da força de trabalho que resultaram nessa queda em um ano, percebe-se movimentos dissonantes. Por um lado, ao contrário do esperado, houve queda no número de pessoas ocupadas, que passou de 5,563 milhões para 5,486 milhões, ou seja, uma diminuição de 77 mil pessoas. Por outro lado, o número de desocupados foi reduzido em 50 mil pessoas, caindo para 510 mil no dado mais recente.

A combinação desse dois fatores – (1) redução no número de ocupados e (2) recuo no número de pessoas em busca de empregos – revela que o que movimento que causou a queda na taxa de desemprego foi a migração para o grupo de pessoas não economicamente ativas ou fora da força de trabalho. Essa categoria é formada por pessoas que estão em idade ativa (14 anos ou mais de idade), não estão ocupadas e nem

procurando emprego. Cerca de 158 mil pessoas ingressaram nesse grupo em um ano.

Desagregando esse contingente por faixa etária, é possível perceber que o expressivo aumento ocorreu em função da entrada de pessoas com 60 anos ou mais, que apresentou aumento de 180 mil pessoas (+11,9%). Em contrapartida, o número de jovens de 14 a 24 anos caiu em 37 mil (-4,9%).

É provável que os dois movimentos tenham relação com a crise econômica. Pelo lado dos jovens, as dificuldades impostas pela crise trouxeram para o mercado de trabalho pessoas que adiavam sua entrada em busca de maior qualificação. Já nos idosos, a perda do emprego combinada com a oportunidade de se aposentar, fez com que muitos deixassem o mercado de trabalho. Além disso, o temor e a desinformação quanto à Reforma da Previdência acelerou esse processo.

Portanto, a queda da taxa de desemprego do RS na comparação anual não ocorreu de forma “saudável”, ou seja, se deu muito mais pela saída de pessoas da força de trabalho, em especial dos idosos, do que pelo aumento do emprego. Por fim, cabe destacar que o número de empregados no Estado atingiu seu segundo menor valor da série histórica do IBGE, ficando a frente somente do primeiro trimestre de 2012. A combinação desses fatos é suficiente para mostrar que a difícil situação do mercado de trabalho gaúcho está longe de ser superada.

Subutilização da força de trabalho é recorde no Brasil

A divulgação trimestral da PNAD Contínua, do IBGE, além de dados relativos às Unidades da Federação, traz informações mais detalhadas em nível nacional. Já era conhecido da divulgação mensal que a taxa de desemprego no Brasil subiu para 13,1% no primeiro trimestre de 2018 e o número de desempregados alcançou os 13,7 milhões de pessoas. Com os novos dados, é possível fazer uma atualização do conceito mais amplo de desemprego.

Além do número de desempregados “tradicional”, ou seja, de pessoas que estavam desocupadas e procurando emprego, existem atualmente no Brasil 6,2 milhões de pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam de trabalhar mais – os subocupados por insuficiência de horas –, e também os que gostariam de trabalhar, mas não procuraram uma vaga por algum motivo, contabilizando 7,8 milhões de pessoas. Portanto, considerando essa forma mais abrangente de desemprego, atualmente o país conta com 27,7 milhões de pessoas que são subutilizadas na força de trabalho. Esse é maior contingente de brasileiros nessa situação desde o início da pesquisa em 2012.

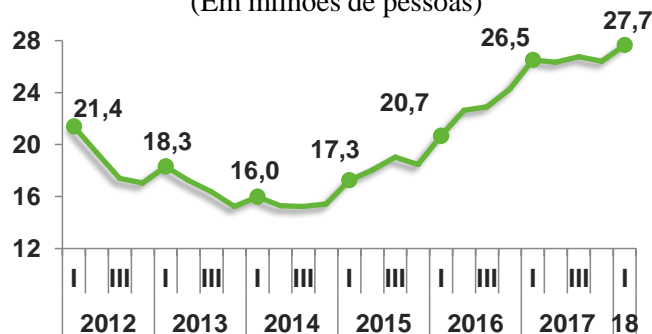
Além disso, outro indicador que renovou seu recorde na série histórica foi número de desalentados na

força de trabalho. São 4,6 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego. Esse movimento indica que a leve melhora recente na economia ainda não é percebida por boa parte das pessoas, principalmente as que buscam uma colocação. No Informe Econômico Nº 12/2018 (26/03/2018) abordamos com mais detalhes esse assunto.

Em suma, os dados recentes do IBGE sobre o mercado de trabalho, combinados com indicadores de atividade aquém das expectativas, revelam uma situação ainda delicada da economia brasileira, indicando que a recuperação deve ser ainda mais lenta do que a sociedade já estava esperando.

Subutilização da força de trabalho – BR

(Em milhões de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.